

15. A VIDA QUOTIDIANA SOB OCUPAÇÃO

Viver na Palestina ocupada — na Cisjordânia ou em Gaza — é um acto de resistência. Resistir aos tormentos, às sevícias do ocupante, às ilegalidades do regime. Um ocupante que acorda de noite as famílias. Pode ser só para interromper o sono e a tranquilidade, como Avi Mograbi, realizador israelita, nos mostra em *Os 54 primeiros anos. Manual abreviado de ocupação militar* (2021). Ou então para prender alguém considerado suspeito (criança, homem ou mulher), mesmo sem culpa formada, que pode ficar detido arbitrariamente por longos períodos de tempo, tantas vezes sem julgamento, sem direito a advogado.

Água, electricidade, saneamento. As condições materiais são difíceis, e a vida quotidiana das mulheres é especialmente afectada pelas insuficiências diversas. É corrente em algumas zonas haver apenas 4 horas de electricidade por dia, o que



Habitantes enchem recipientes de água num reservatório público, na Faixa de Gaza, onde existe uma grande falta de água. Ao privar os Palestinos do mínimo básico de água potável, Israel usa a água como uma arma de guerra.

impede qualquer conservação de alimentos. A situação nos hospitais não é melhor, com electricidade intermitente. Em pleno século XXI, a população é obrigada a recorrer a geradores.

Quanto à **água**, a situação não é melhor. Em algumas zonas, há cortes de água de várias horas, por vezes durante todo o dia. Com os problemas de irrigação, tudo isto faz parte do quotidiano de sobrevivência nos Territórios Ocupados. Na realidade, Israel controla todos os recursos hídricos, incluindo os subterrâneos. E vende a água, em geral racionada, à população palestina. Numa chantagem frequente de tarifas, o que ocasiona numerosos conflitos.

Água escassa e de má qualidade — em Gaza, apenas 3% da água é potável. Segundo a organização humanitária independente Euro Mediterranean Human Rights Monitor, um quarto das doenças em Gaza são causadas pela poluição da água e 12% das mortes de crianças e bebés estão ligadas a doenças relacionadas com a água contaminada. Note-se ainda que a distribuição de água está longe de ser equitativa. Os consumos diários de água por habitante são de 270 a 400 litros para os cidadãos de Israel e de 50 a 70 litros para a população palestina.

Por outro lado, os cortes de electricidade agravaram a situação, afectando o funcionamento das estações de tratamento de esgotos, os quais são descarregados directamente no mar (80%), infiltrando-se a parte restante nas águas subterrâneas. Além de contaminar os habitantes, a ocupação contribui para degradar a natureza, já tão danificada.

Habitação. Desde 1948, a ocupação israelita demoliu cerca de 173 mil casas palestinianas, deslocou cerca de 1,3 milhões de palestinianos e confiscou 19 mil quilómetros quadrados de terra da Palestina histórica «*para trazer 5 milhões de imigrantes sionistas de todo o mundo para substituir o povo indígena*»: estas são as palavras que constam de um relatório do Land Research Center, centro de investigação sobre a terra, em Jerusalém.

Esse relatório considera que o caso de Sheikh Jarrah, bairro nas imediações da Cidade Velha de Jerusalém, é «*um escândalo para o sistema legislativo israelita, que tentou deslocar à força pessoas do bairro com documentos falsos, aprovados pelo chamado Supremo Tribunal Israelita*». A vida quotidiana de algumas famílias deste bairro está especialmente afectada pela tentativa das forças de ocupação israelitas e dos seus tribunais de as expulsar das casas de que são legítimas proprietárias para nelas instalar novos colonos.

A campanha contra a educação é uma realidade sofrida pela população palestina. O ocupante pode reter crianças (a partir dos 12 anos!) na prisão durante longos períodos, com prejuízos enormes para a sua estabilidade e para a continuação da escolaridade. A destruição de escolas e jardins de infância — pelas bombas da aviação ou pelas retroescavadoras do exército — é uma realidade recorrente. O Muro e os postos de controlo que frequentemente se interpõem entre a casa e a escola tornam o trajecto para as aulas demorado e inseguro.

A situação das mulheres sob a ocupação. As mulheres palestinianas estão expostas à prisão política, como todos os membros da sociedade palestina. Desde 1967, cerca de 10 000 mulheres foram detidas pelas forças de ocupação israelitas. Em 2015, estas forças prenderam 106 mulheres e jovens palestinianas, o que representa um aumento de 70% em comparação com os dados de 2013. Muitas vezes as detidas, como os outros palestinianos, são submetidas a maus tratos e a tortura. Espancamentos, insultos, ameaças, revistas corporais, «confissões» forçadas, violência sexual, tudo serve para as intimidar e humilhar.



A aldeia palestina de Dhaher al Malih, na província de Jenin, é uma das que ficaram encravadas entre o Muro e a Linha Verde. Para ir à escola, em Tura al Gharbiya, do outro lado do Muro, os seus estudantes têm de passar diariamente por um posto de controlo israelita, como milhares de crianças na Cisjordânia.

Também mulheres grávidas palestinas não escapam à detenção. Entre 2003 e 2008, pelo menos quatro mulheres foram forçadas a ter o parto numa prisão. E as que são transferidas para hospitais nesse momento ficam sob estrita supervisão das forças de ocupação israelitas, muitas vezes com mãos e pés da parturiente algemados com correntes de metal, acorrentadas às suas camas na sala de parto e novamente algemadas poucos minutos após o parto.



Devido aos entraves à circulação, 68 mulheres palestinas entraram em trabalho de parto em postos de controlo israelitas, entre 2000 e 2006. Houve a lamentar a morte de 36 bebés e cinco mães. Por isso, cada vez mais mulheres palestinas preferiram ter o parto em casa a enfrentar a incerteza dos postos de controlo.

O filme *3000 Noites*, realizado por Mai Masri em 2015, mostra bem esta realidade desumana. No entanto, Israel ratificou a *Convenção para Acabar com as Discriminações contra as Mulheres*, que no seu artigo 12.º estipula que «os Estados [signatários da Convenção] devem garantir às mulheres cuidados apropriados durante a gravidez, parto e período pós-parto, gratuitamente se necessário, bem como nutrição adequada durante a gravidez e a amamentação». Israel ratifica — e não respeita os compromissos internacionais.

Golda Meir, subscritora da Declaração de Independência de Israel e primeira-ministra de Israel entre 1969 e 1974, declarava que «Os Palestinos nunca existiram» (15 de Junho de 1969) e «Como poderíamos devolver os territórios ocupados? Não há ninguém a quem os devolver» (8 de Março de 1969). Esta reflexão da antiga dirigente sugere bem qual era o objectivo de um programa de colonização — que quer a terra da zona de que se apropriou. A terra, só a terra. Sem os habitantes autóctones — os Palestinos, que estavam há séculos nessa zona —, que «nunca existiram».

Mas isso era sem contar com a resistência permanente dos Palestinos — que afinal existem! —, os quais, apesar de todos os ataques do ocupante, continuam a viver, a ter filhos, a enviá-los à escola, a rir, a desenvolver a sua cultura — mesmo privados tantas vezes de direitos básicos, mesmo afrontando a prisão política e a morte —, até à recuperação das suas casas e da soberania do seu país.